



IMPACTOS DA AGRICULTURA CONVENCIONAL E CAMINHOS PARA A SOBERANIA ALIMENTAR NO TERRITÓRIO INDÍGENA TOLDO GUARANI

Eluando Tonatto Mariano

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do CAPES

Altemir José Mossi

Professor. Dr. do Departamento de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFFS)
altemir.mossi@uffs.edu.br

Márcio Freitas Eduardo

Professor Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFFS)

Nycollas Stefanello Vianna

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do CNPq

1. Introdução

No Brasil os povos indígenas guaranis são classificados em três etnias sendo Mby'a, Nhandeva conhecidos também como Xiripa e os Kaiowá, esses grupos de indígenas pertencem ao mesmo grupo tupi, mas se diferenciam em suas falas nas suas formas sociais. O povo Kaiowá localizam-se no Mato Grosso do Sul, os Nhandeva encontram-se no oeste do Paraná e alguns lugares do sudeste e os guaranis da etnia Mby'a em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Estudos arqueológicos realizados, atestam que os povos guaranis já ocupam o território do Estado do Rio Grande do Sul a mais de 300 anos e são de origem amazônica.

Desta forma os povos indígenas da etnia guarani são os que mais tiveram contato com os colonizadores, que ocupavam a faixa da costa atlântica, sendo assim foram os primeiros a demonstrar relações de comunicação com os portugueses (GOBBI *et al.* 2010). Segundo o mesmo autor, em dados históricos, com a chegada dos portugueses estes povos tiveram várias denominações como tapes, arachanes, carijós, mbiáças, essa classificação ocorreu devido a necessidade dos portugueses em definir um nome aos nativos. O processo de ocidentalização dos Guarani como um dos fatores que influenciaram a introdução do sistema agrícola convencional na área indígena. Um contexto mais intenso de ocidentalização dos indígenas da comunidade Toldo Guarani



surgiu, sobretudo, devido às ações implementadas pelo Estado brasileiro após o processo de redução do território em 1960. Nesse período, o governo solicitou ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI) 253 colônias de terra, o que resultou na redução do território devido à inserção de famílias não indígenas, as quais iniciaram o desenvolvimento de práticas produtivas mais intensivas (EIA, 2015).

A problemática da pesquisa está no processo demarcação no território indígena Toldo Guarani, além do avanço da agricultura convencional com a produção de grãos, desta forma tem tornado o grupo vulnerável socialmente e economicamente, ao qual interferiu nos conhecimentos voltados ao sistemas produtivos e culturais originários, aos quais são bases para a construção de uma soberania alimentar

nos sistemas alimentares do território indígena Toldo Guarani, voltado a soberania alimentar e preservação dos seus conhecimentos tradicionais.

O estudo é relevante do ponto de vista científico e social, o qual é possível identificar nos povos indígenas todos os seus conhecimentos e saberes tradicionais, aos quais foram sendo perdidos. No entanto, essa pesquisa também é relevante pelo fato de que os estudos de crivo acadêmico científico trarão elementos para fortalecer a autonomia e a identidade da comunidade Guarani no território onde se reproduzem fisicamente e culturalmente à medida de suas possibilidades.

A pesquisa justifica-se diante das diversas adversidades que os povos indígenas têm enfrentado historicamente em decorrência da expansão do modelo convencional de produção, cujos impactos têm comprometido de forma significativa a soberania alimentar no território tradicional.

1.1. OBJETIVO GERAL

Compreender as transformações nos sistemas alimentares da comunidade indígena Toldo Guarani, analisando seus impactos na soberania e segurança alimentar do território.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estudar a soberania e segurança alimentar na comunidade indígena Toldo Guarani.
- Investigar o papel de instituições e organizações parceiras de nível regional e nacional no apoio à implementação de práticas sustentáveis e no fortalecimento da autonomia produtiva nos territórios tradicionais.



- Avaliar a contribuição do Plano Básico Ambiental (PBA) como ferramenta estratégica para o resgate das sementes tradicionais, o fortalecimento da identidade cultural e a promoção da agricultura sustentável.
- Propor estratégias de devolução dos conhecimentos construídos com a pesquisa, como oficinas, materiais didáticos e rodas de conversa, que incentivem a transição agroecológica e o fortalecimento da soberania alimentar local.

-

2. Metodologia

A presente pesquisa adota como principal abordagem o estudo de caso, que segundo Yin (2015) é uma estratégia metodológica adequada quando se busca compreender fenômenos contemporâneos inseridos em contextos específicos e complexos. O estudo de caso permite investigar em profundidade os múltiplos fatores que compõem uma realidade particular, proporcionando ao pesquisador uma análise abrangente, com foco na compreensão e, potencialmente, na resolução de problemas concretos presentes nessa realidade.

De forma complementar utilizaremos a pesquisa documental, que, conforme Gil (2008) e Cellard (2008), caracteriza-se pela análise sistemática de documentos, sejam eles institucionais, oficiais ou pessoais, produzidos sem a interferência direta do pesquisador. Este tipo de pesquisa permite acessar informações históricas, quantitativas e qualitativas que são essenciais para a compreensão do objeto de estudo. Segundo Cellard (2008), a análise documental exige critérios rigorosos de autenticidade, credibilidade, representatividade e significância dos documentos selecionados.

Além disso, será utilizada a pesquisa participante, caracterizada pela inserção ativa do pesquisador no contexto estudado. Segundo Brandão (1981) e Gil (2008), essa modalidade implica não apenas a observação, mas também o envolvimento direto com os sujeitos da pesquisa, permitindo uma compreensão mais profunda dos processos sociais, culturais e históricos em curso.

2.1 Localização da Pesquisa.

O estudo será realizado na comunidade indígena Toldo Guarani, localizada no município de Benjamin Constant do Sul, Norte do Estado do Rio Grande do Sul, território que é habitado pelo povo Guarani e representa um espaço de significativa importância sociocultural, histórica e ambiental, sendo o local onde se concentram as dinâmicas



sociais, culturais e políticas que serão objeto de análise neste estudo.

Será realizada pesquisa documental com entrevistas dos representantes de organizações não governamentais (ONGs) que atuam direta ou indiretamente junto ao território Toldo Guarani, com ênfase especial nas entidades que desenvolvem ações voltadas à soberania e segurança alimentar, bem como à preservação ambiental e ao fortalecimento das práticas produtivas sustentáveis.

Destaca-se, ainda, que a pesquisa contará com o olhar técnico e agrônomo do próprio autor, que, enquanto indígena pertencente à comunidade, assume a posição de pesquisador e, simultaneamente, sujeito da pesquisa.

Tabela 1: Sistematização das etapas da Pesquisa.

<i>Momento</i>	<i>Objetivo</i>	<i>Fundamentação Teórica</i>	<i>Procedimentos Metodológicos</i>
1. Estudar a soberania e segurança alimentar na comunidade indígena Toldo Guarani	Construir a base teórica da tese e compreender os impactos da agricultura convencional sobre o território indígena.	Ecologia Política (Porto-Gonçalves, 2006; Acselrad, 2004); Soberania Alimentar (Altieri, 2009; Desmarais, 2007).	Revisão bibliográfica; análise de documentos históricos, escrituras e estudos antropológicos.
2. Análise dos Arranjos Institucionais e Redes de Apoio nas ONG's	Compreender como as instituições apoiam a agroecologia, a sustentabilidade e a autonomia produtiva.	Bens Comuns (Ostrom, 1990); Governança Territorial (Haesbaert, 2004; Raffestin, 1993); Agroecologia Política (Gleissman, 2015; Altieri; Toledo, 2011).	Entrevistas com representantes de organizações. Submetido ao Comitê de Ética da UFFS.
3. Avaliação do Plano Básico Ambiental (PBA)	Avaliar o PBA como instrumento de fortalecimento cultural e agroecológico.	Etnodesenvolvimento (Bartholomeu, 1997; Loureiro, 2012); Justiça Ambiental (Acselrad, 2004; Schmidt et al., 2012).	Análise documental dos relatórios do PBA focando em sementes, identidade cultural e práticas sustentáveis.
4. Construção Coletiva e Devolutiva dos Conhecimentos	Fortalecer a transição agroecológica, a soberania alimentar e a autonomia produtiva da comunidade.	Pesquisa Participante (Brandão, 2006); Educação Popular (Freire, 1987); Epistemologia dos Povos Originários (Krenak, 2019; Tuhiwai Smith, 2016).	Grupos focais, oficinas, rodas de conversa e produção de materiais didáticos como devolutiva à comunidade.

Fonte: Os autores, 2025.



3. Resultados e discussão

Espera-se com esse trabalho poder compreender, as transformações na segurança e soberania alimentar no território Indígena Toldo Guarani. Além disso estudar a participações de instituições e organizações não governamentais que atuam diretamente ou indiretamente, no desenvolvimento de ações voltadas a soberania e segurança alimentar no território, desta forma contribuindo para soberania do território.

4. Considerações finais

O trabalho ainda em desenvolvimento, busca a valorização dos conhecimentos tradicionais, voltados a soberania alimentar dos povos tradicionais, especialmente a do território indígena Toldo Guarani. Desta forma esse estudo irá contribuir no resgate dos alimentos tradicionais, havendo assim autonomia do território

5. Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295– 316.
- EIA. **Estudo de impacto ambiental e sociocultural e medidas de mitigação e controle ambiental** – Terra Indígena Toldo Guarani. Porto Alegre: CEITES, 2015.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOBBI, F. S. et al. **Breves aspectos socioambientais da territorialidade Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul**. In: Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, 2010.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.